



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio
NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA ICMBIO PORTO VELHO
FLORESTA NACIONAL DO BOM FUTURO

PLANO DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO

FLORESTA NACIONAL DO BOM FUTURO

Porto Velho/RO, outubro de 2023

República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Meio Ambiente
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Mauro Oliveira Pires

Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação
Iara Vasco Ferreira

Coordenação Geral de Proteção
Glauce Brasil

Coordenação de Manejo Integrado do Fogo
João Paulo Morita

Chefe do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Porto Velho
Aquilas Ferreira Mascarenhas

Equipe de Planejamento do PMIF
Aquilas Ferreira Mascarenhas
Bárbara Costa Carvalho
Caroline Maldonado de Oliveira

FICHA TÉCNICA DA FLORESTA NACIONAL DO BOM FUTURO

Nome da UC ou NGI: Floresta Nacional do Bom Futuro (FLONA do Bom Futuro) - Núcleo de Gestão Integrada Porto Velho	
Endereço da Sede:	Av. Lauro Sodré, 6500 - Aeroporto, Porto Velho - RO, 76803-270
Telefone:	
E-mail:	ngi.icmbioportovelho@icmbio.gov.br
Área (ha), em caso de NGI especificar por UC:	97.357 hectares
Perímetro (km), em caso de NGI especificar por UC:	307,9577
Município(s) de abrangência, em caso de NGI especificar por UC:	Porto Velho – RO
Estado(s) de abrangência:	Rondônia
Coordenadas geográficas das bases no interior da UC:	9°27'4.00"S, 64°12'47.00"O
Data e número de decreto e ato legal de criação e de alteração:	Dec. criação nº 96.188 de 21/06/1988, limite modificado pela Lei nº 12.249 de 11/06/2010
Povos e comunidades tradicionais que têm relação com o território da UC (informar como os grupos se auto identificam):	Indígenas da TI Karitiana
Equipe de planejamento	Aquilas Ferreira Mascarenhas Bárbara Costa Carvalho Caroline Maldonado de Oliveira

1. Contextualização e análise situacional

A criação de muitas das Áreas Protegidas na Amazônia Legal, incluindo as Unidades de Conservação (UC) ocorreu para atender às metas de conservação da biodiversidade assumidas pelo Brasil no âmbito da Conservação de Diversidade Biológica (CDB), e conseqüentemente proteger o bioma da acelerada degradação decorrente do processo de ocupação. Entretanto, no estado de Rondônia, as UCs e Terras Indígenas se tornaram alvo de ilícitos, principalmente a exploração ilegal de madeira, e sofrem constantes pressões para sua desafetação. Um estudo realizado em 2010 pelo Imazon, aponta Rondônia como o estado com maior número de Áreas Protegidas alteradas. (GTA, 2008; VERÍSSIMO et al., 2011)

Os dramas vividos pelas UCs no estado de Rondônia possuem forte relação com o processo de ocupação da região. Segundo Souza, Ximenes e Locatelli (2018), a dinâmica desse processo, assim como da expansão da fronteira agrícola, representa uma forte tendência à ampliação das áreas desmatadas e, em seguida, favorece o desenvolvimento da pecuária bovina. Além disso, a intensa ocupação da região, incentivado desde a década de 1960, alterou drasticamente o regime de fogo na Amazônia, provocado principalmente pelo crescente desmatamento. (COPERTINO et al., 2019).

Como um dos exemplos mais ilustrativos da destruição de áreas protegidas do estado de Rondônia, a Floresta Nacional (FLONA) do Bom Futuro tem historicamente lidado com o crime ambiental organizado, tendo como principais ameaças o roubo de madeira, invasões e grilagem de terras e incêndios florestais (GTA, 2008).

A FLONA do Bom Futuro foi criada mediante o Decreto nº 96.188 de 21 de junho de 1988 com uma área de aproximadamente 280.000 ha. Teve seus limites alterados pelo artigo 113 da Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010, passando a ter cerca de 97.000 ha. A Unidade de Conservação (UC) se localiza no município de Porto Velho - RO. Possui limites ao norte com a Terra Indígena Karitiana e ao sul com a Reserva Extrativista (RESEX) Estadual Jaci-Paraná e a Área de de Proteção Ambiental (APA) Estadual do Rio Pardo (Figura 1).

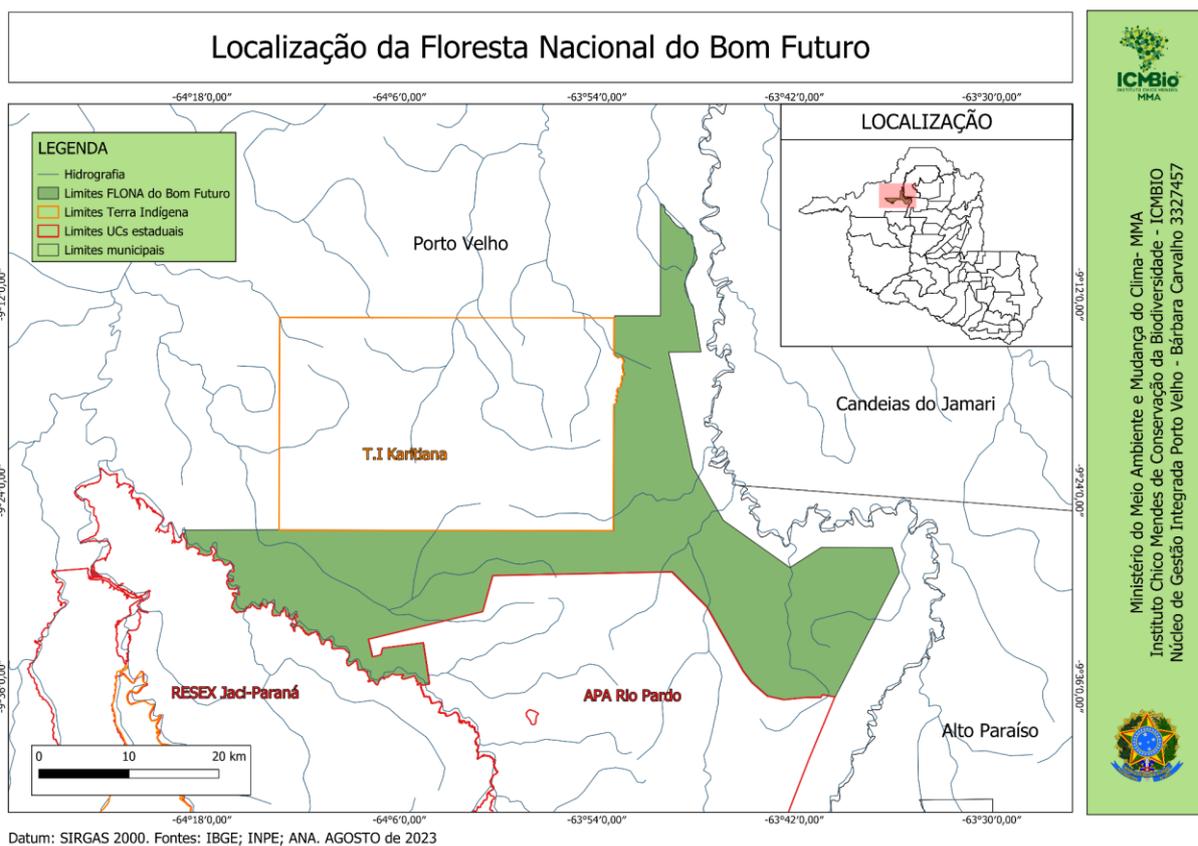


Figura 1 - Localização da Floresta Nacional do Bom Futuro.

A partir da década de 1970, época em que a ação do governo federal se intensifica em Rondônia, o estado inicia profundas transformações com a exploração econômica agrícola, influenciado pela pavimentação da rodovia BR-364 que facilitou o movimento migratório em torno da busca de terras para a produção agrícola. O governo militar utilizou o então território Federal de Rondônia para pôr em prática a Política de Integração Nacional - PIN com a ocupação da Região Amazônica (Becker, 1990).

Na década de 1990 a pastagem tomou conta da maior parte das terras de grandes assentamentos e neste período o desenvolvimento urbano acompanhou de forma desordenada por todo o território de Rondônia. O projeto de colonização oficial do governo militar em Rondônia engendrado pelo INCRA baseia-se na distribuição de lotes de 100 hectares, a partir de cinco Projetos Integrados de Colonização (PIC) e, mais tarde, de dois Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), estabelecidos na região central do estado de Rondônia

À medida que os projetos de assentamento foram distribuindo os lotes e os colonos se apossando, de imediato se iniciava a derrubada da vegetação nativa para construção do barraco e da lavoura de subsistência. Além de garantir a posse do lote, evitando invasores, a floresta deu origem à agricultura e posteriormente às pastagens. Ainda hoje é possível ouvir invasões à FLONA do Bom Futuro sendo justificadas pelo “hábito” de ocupação que ocorreu nesse período; a cultura de ocupação de propriedades sendo consolidadas com o desmatamento imediato ainda é forte no estado.

Assim como em muitas UCs na Amazônia Legal, a história da FLONA do Bom Futuro foi marcada por problemas como o desmatamento, degradação dos recursos naturais e por conflitos sociais, provocados pelo processo de ocupação da região (VERÍSSIMO et al., 2011), o que chegou a culminar na desafetação de 180.000 ha da Floresta Nacional, em 2010, em

decorrência de um acordo realizado entre o Governo do Estado de Rondônia e o Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente) para conter a invasão da Flona do Bom Futuro e mitigar os conflitos agrários na região (Figura 2).

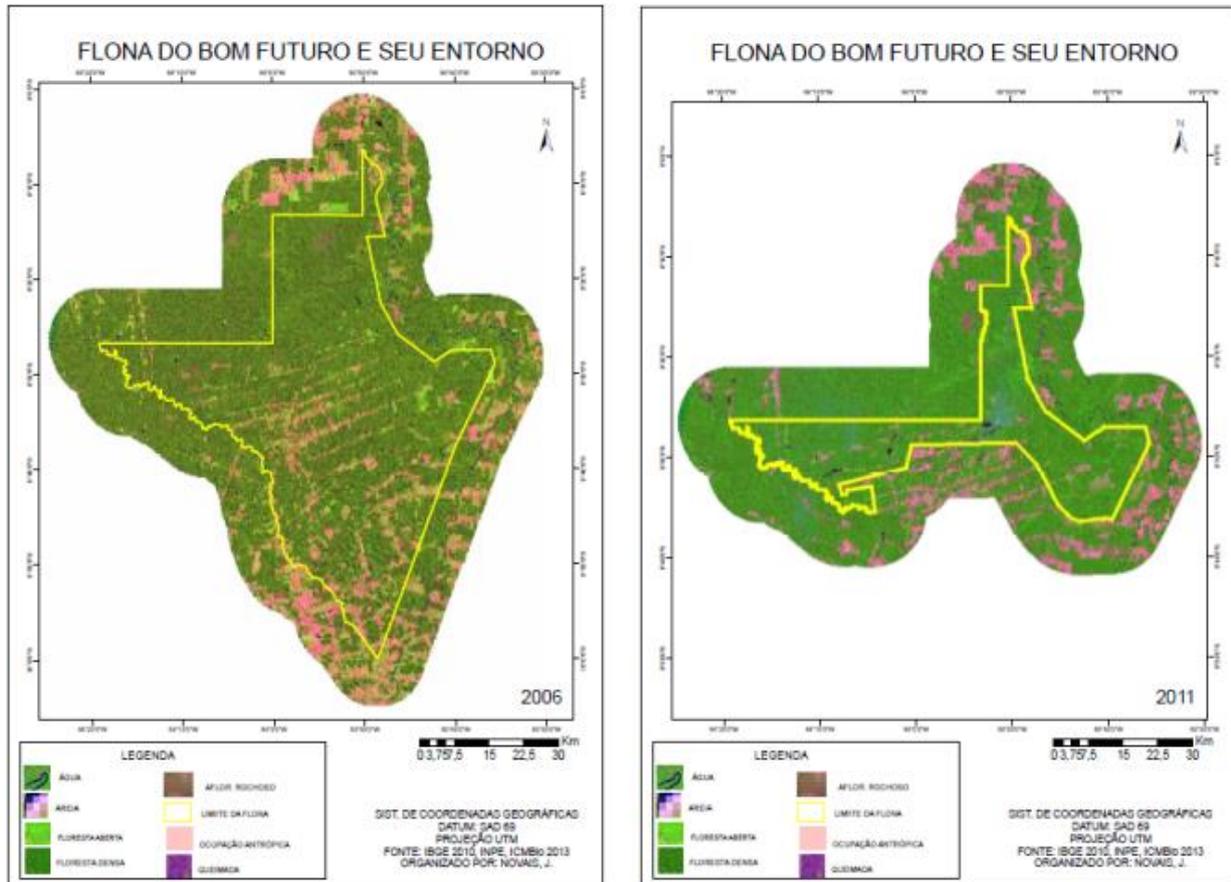


Figura 2 - A Floresta Nacional do Bom Futuro e seu entorno antes e depois da publicação da Lei nº 12.249 de 2010. Imagem retirada de NOVAIS, 2014 (Figura 4, pg 6).

FLONA

BOM FUTURO

Os fatos que culminaram na desafetação
da unidade de conservação.

1999

Invasores criam a "Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais União do Rio Pardo" na área invadida Vila Rio Pardo. Audiência com o MPF, INCRA e IBAMA no dia 25/10.

2000

Identificada rede viária ilegal para escoamento da exploração madeireira.

PL (nº. 2.776, 2000) para reduzir 100 mil hectares da Floresta Nacional do Bom Futuro, proposto pelo Srº Deputado Federal Confúcio Moura (rejeitado no ano de 2005))

2001

Tentativa de acordo de desocupação pacífica.

Invasores impedem construção de postos de controle do IBAMA

2002

Tentativa de cadastro e de criação de perfil de beneficiário.

96 invasores e cadastraram 700 pretensões de posse, sendo que 70 % dos pretendentes já haviam recebido lote do Incra.

2003

IBAMA intimado a elaborar plano de desocupação em 60 dias

Criação da Força Tarefa e implementação da Fase I que resultou em prisão de alguns líderes do movimento

2004

MP RO propõe ação civil pública contra INCRA, IBAMA, Estado de Rondônia, Município de Porto Velho, Município de Nova Mamoré e Município de Buritis

IBAMA recebe prazo de um ano para apresentar plano de manejo e retirar invasores da FLONA

2005

Tentativa de TAC entre IBAMA, INCRA, invasores, MPF e MP RO para cumprimento de medida liminar.

Finalizado um novo Plano de Desocupação da Floresta Nacional do Bom Futuro, o qual se pretendia implementar no mesmo ano a Fase I da desocupação. Recursos liberados apenas em dezembro, tendo que ser devolvidos.

2006

Tentativa de adquirir os recursos necessários para a Operação de Desocupação da Unidade de Conservação.

O Sistema de Proteção da Amazônia, em julho de 2006 lançou um relatório mostrando que, de acordo com imagens de satélites obtidas até junho de 2005, aproximadamente 14% da FLONA do Bom Futuro já havia sido desmatada.

2007

Nomeação de três novos Analistas Ambientais para a FLONA Bom Futuro. No período entre maio e o dia 12 de julho as atividades da Floresta Nacional foram paralisadas em parte devido a greve nacional do Ibama.

Em agosto se revelou um novo acesso à FLONA, através do município de Alto Paraíso, pela linha 75, além de destruição de APPs.

Em setembro de 2007 iniciou-se a elaboração do presente Plano de Recuperação Ambiental da Floresta Nacional do Bom Futuro.

2009

Com o objetivo de estagnar os ilícitos ambientais que ocorriam na Flona Bom Futuro e recuperar a gestão da unidade pelo poder público foi iniciada em maio de 2009 a Operação Terra Nova.

Ivo Cassol, propõe ao Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente), um Termo de Acordo com a proposta de alteração dos limites da Flona Bom Futuro. Criado um Grupo de Trabalho (GT), composto por representantes do Estado de Rondônia, ICMBio e IBAMA (Portaria MMA 232 de 15 de Julho de 2009).

2010

Alteração dos limites da Flona Bom Futuro pela lei 12.249 de 11 de junho de 2010 na qual a área da UC foi reduzida para 100.075,13 hectares.

2012

Em 11/09/2012, foi publicado o Mandado de Desocupação nº 0853/2012/SEPOD, parte do Processo nº 8568-73.2011.4.01.4100-Interdito Proibitório, em que determinou aos oficiais de justiça que procedessem com a imediata desocupação da Floresta Nacional do Bom Futuro, tendo a mesma sido totalmente desocupada em meados de 2012.

Criação da Área de Proteção Ambiental Rio Pardo e Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio Pardo (TAC nº 16/2011, celebrado pelo MPF, ICMBio, Governo do Estado de Rondônia e grileiros).

2013

• hoje

2013 - Evidências de abertura de novos ramais e demarcação de lotes, criação de comissão para contenção dos invasores. Policiais feridos na Vila de Rio Pardo.

2015 - Contratação de brigadas indígenas em parceria com a TI Karintiana
2017 - Novos fracionamentos de áreas para grilagem, solicitação de reintegração de posse via PFE

2018 - Taxas de desmatamento sobem 36 % (Estimativas do observatório do Clima). Invasões por grupos de grileiros

2019 - Publicação do Plano de Manejo da FLONA do Bom Futuro

2020 a 2021 - Pandemia, crescimento dos índices de desmatamento

2. Histórico do fogo na UC

Segundo o Plano de Manejo da Floresta Nacional do Bom Futuro (ano de 2019), a UC sofre com as tentativas de invasões e construção/manutenção dos acessos ilegais para o seu interior, com furtos de madeira e incêndios florestais. A presença de diversos acessos com alto grau de vascularização é grave, permitindo que os invasores entrem e saiam rapidamente, construindo residências ilegais e abrindo trilhas na mata. O histórico de desafetação da unidade atua de maneira intensa na ideia de que, com o nível de insistência correto, a FLONA poderá ser 100% desafetada e entregue aos invasores. Não apenas os novos desmatamentos são alvos da fiscalização - os desmatamentos antigos seguem sendo re-ocupados, mudando apenas seus posseiros.

O uso do fogo no interior da FLONA do Bom Futuro é predatório, visando destruir áreas em processo de restauração ecológica, na tentativa de recuperar a terra da união. Além disso, há áreas de grande extensão dentro da UC onde há acúmulo de combustível e disseminação de gramíneas exóticas, onde anteriormente havia pastos. A restauração dessas áreas é necessária para que os riscos de queimadas sejam reduzidos e as re-invasões sejam contidas.

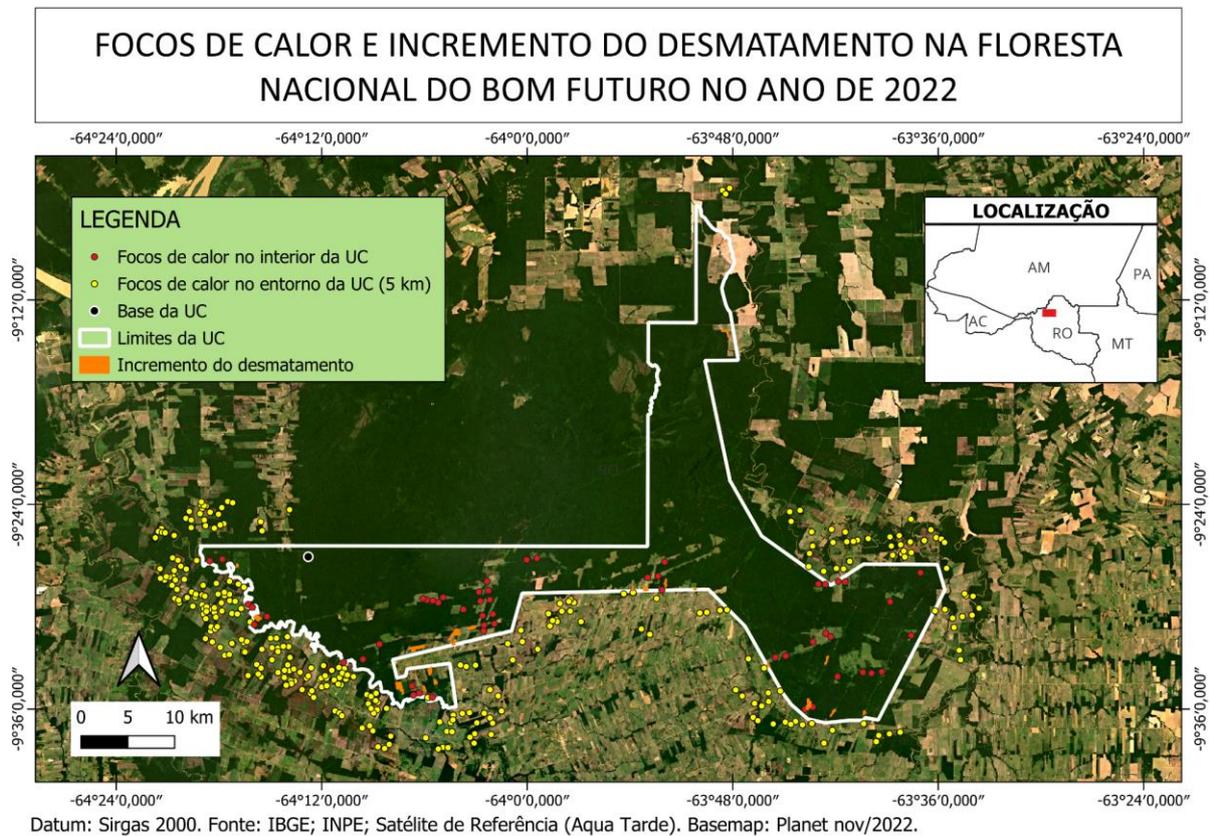
“Os incêndios florestais são um dos principais problemas que assolam a Unidade, além das consequências negativas inerentes ao fogo em qualquer região, como degradação da qualidade do ar e perda de biodiversidade, algumas consequências são próprias do local, pois o fogo é utilizado dentro da Unidade como ferramenta para não permitir a regeneração natural nas áreas anteriormente invadidas por eles na tentativa de um dia eles retomarem a área, revanchismo por terem sido retirados do interior da UC. Como consequência, retarda o processo de regeneração natural da floresta e a consolidação da área como Unidade de Conservação da Natureza.

Segundo dados do relatório da Análise do Antropismo, elaborado pelo ICMBio/STCP em 2018, foram identificados um total de 5.714 focos de calor na área da FLONA, sendo 2017 o ano mais expressivo, corroborando com a maior área desmatada na Flona do Bom Futuro após 2007, com 1.205 focos. Observa-se que a área da FLONA mais afetada por queimadas é a região sul classificada com muito alta densidade de focos de calor” Plano de Manejo FLONA do Bom Futuro, pag. 13 (2019)

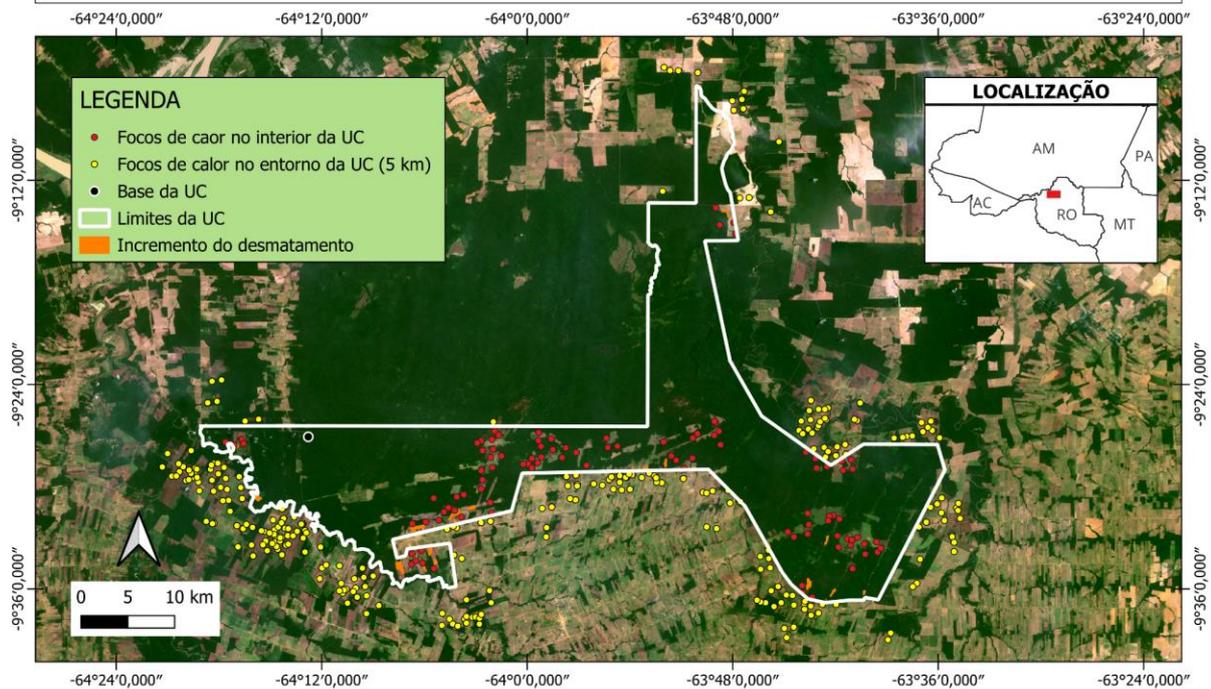
Além disso, o fogo é utilizado nas propriedades do entorno de forma quase anual para realizar a “limpeza” dos pastos, especialmente no período de seca (julho a setembro) aumentando o efeito de borda e a vulnerabilidade da FLONA do Bom Futuro.

Para habitats fragmentados, o efeito de borda pode ser considerado como um dos principais fatores que afetam populações vegetais e animais (LAURENCE e BIERREGAARD, 1997). As queimas irregulares vão, pouco a pouco, adentrando na floresta ao longo dos anos e permitindo a entrada de espécies exóticas e quanto menor a mancha preservada, maior é a incidência do efeito de borda. Após a sua desafetação, a FLONA do Bom Futuro se tornou mais suscetível às influências desse fenômeno.

A partir de 2015 se iniciou a contratação de brigadistas, alguns deles indígenas da Terra Indígena Karitiana, estes, realizam os trabalhos de monitoramento, prevenção e combate aos incêndios florestais na FLONA Bom Futuro. Ao observarmos o mapa de focos de calor da unidade (Figura 3, 4, 5, 6 e 7) , além do gráfico comparativo de focos do entorno e interior da unidades (Figura 8) podemos observar que, mesmo a incidência de fogo sendo consideravelmente superior no entorno da unidade, a área que faz limite com a TI não possui registro significativo de focos de calor em função de seu grau de conservação, o que reforça a premissa do mosaico de proteção.

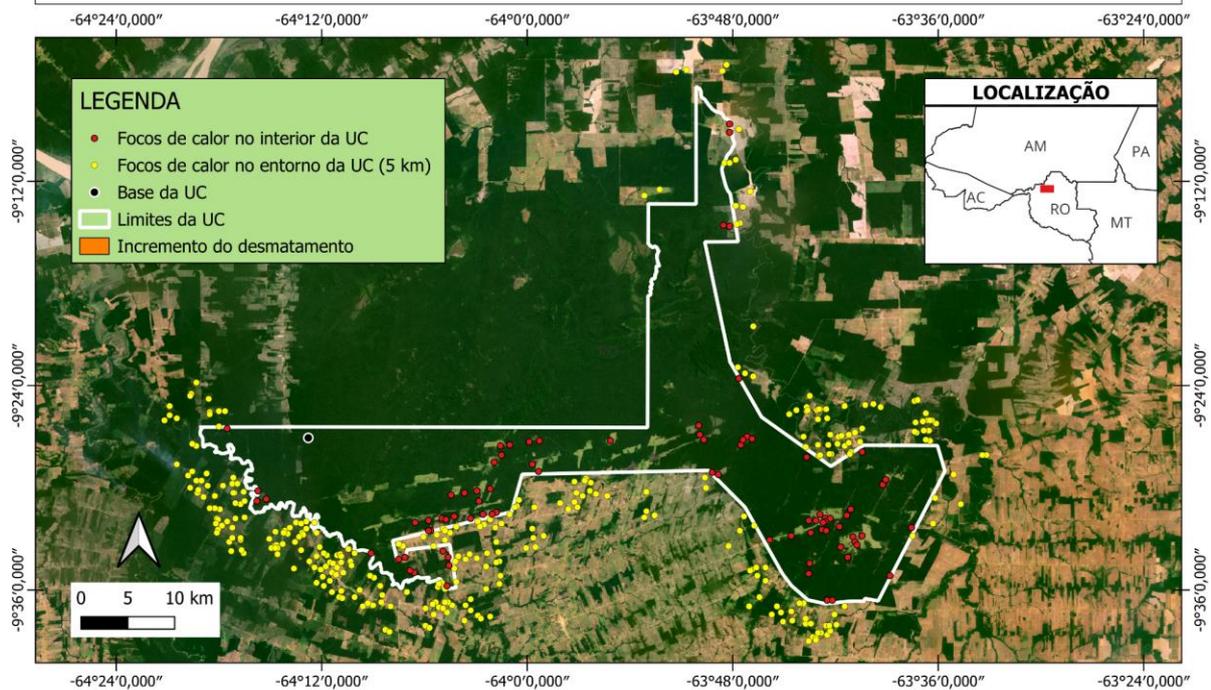


FOCOS DE CALOR E INCREMENTO DO DESMATAMENTO NA FLORESTA NACIONAL DO BOM FUTURO NO ANO DE 2021



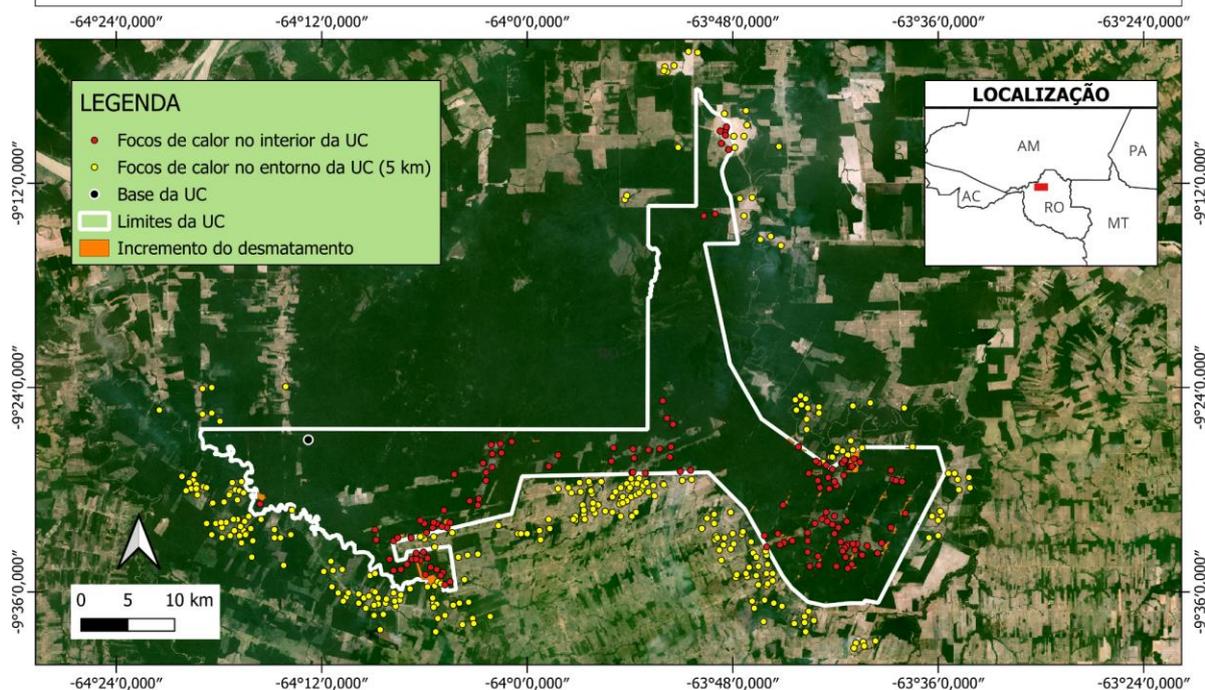
Datum: Sirgas 2000. Fonte: IBGE; INPE; Satélite de Referência (Aqua Tarde). Basemap: Planet out/2021.

FOCOS DE CALOR E INCREMENTO DO DESMATAMENTO NA FLORESTA NACIONAL DO BOM FUTURO NO ANO DE 2020

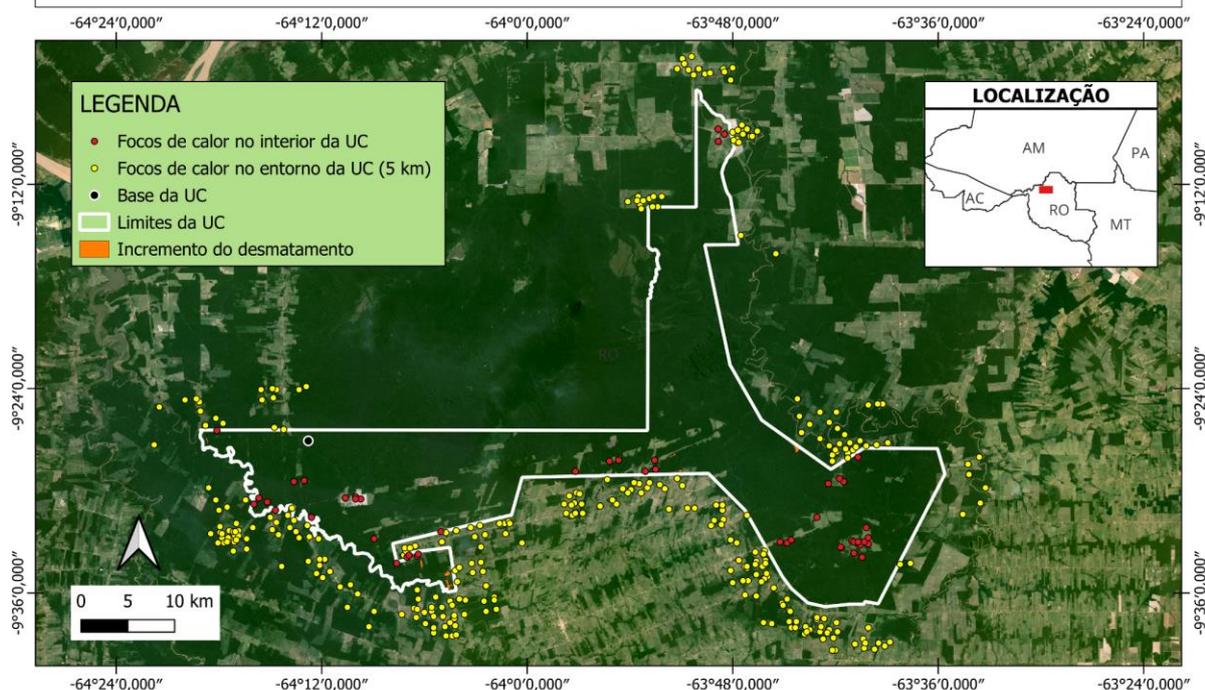


Datum: Sirgas 2000. Fonte: IBGE; INPE; Satélite de Referência (Aqua Tarde). Basemap: Planet jun/2020.

FOCOS DE CALOR E INCREMENTO DO DESMATAMENTO NA FLORESTA NACIONAL DO BOM FUTURO NO ANO DE 2019



FOCOS DE CALOR E INCREMENTO DO DESMATAMENTO NA FLORESTA NACIONAL DO BOM FUTURO NO ANO DE 2018



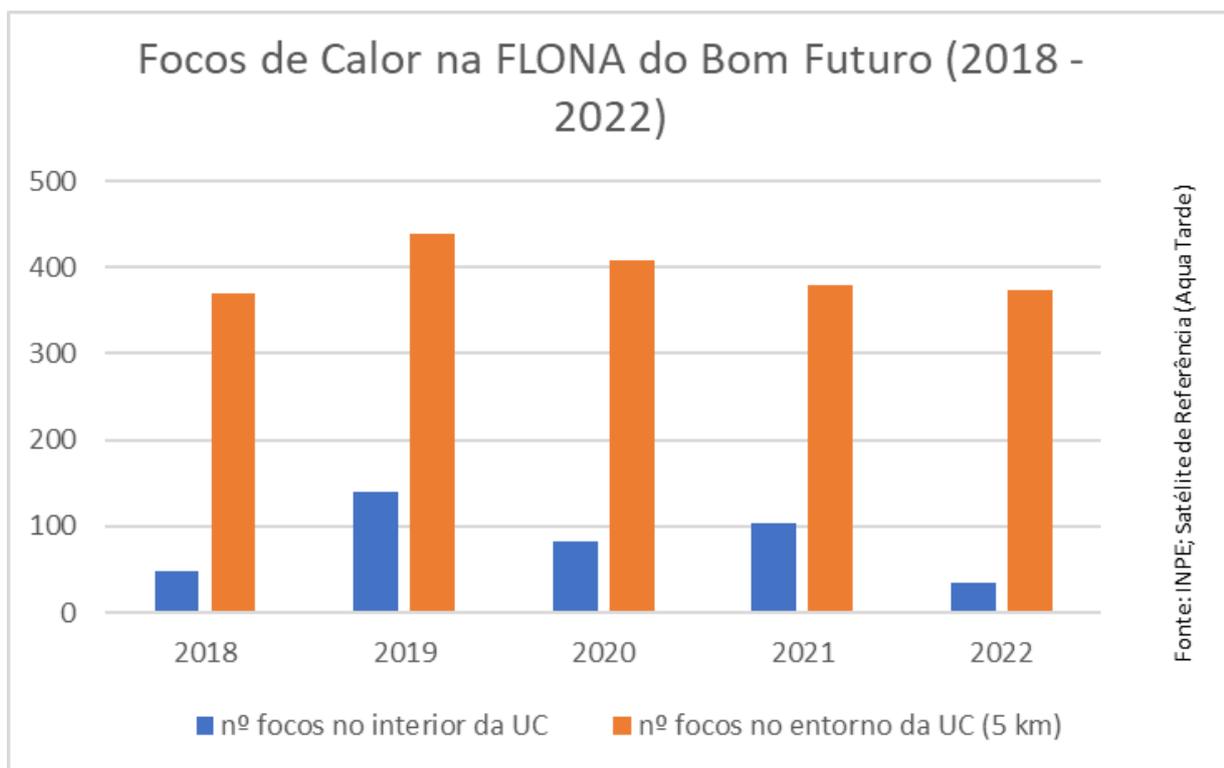


Figura 8 - Comparativo dos focos de calor no interior e no entorno (5 km) da Floresta Nacional do Bom Futuro.

A maior parte dos focos de calor que ocorrem na unidade estão nas áreas degradadas da FLONA, por estarem ocupadas por espécies exóticas. Além disso, as áreas privadas que fazem limite com a UC se utilizam do fogo na limpeza dos pastos, especialmente no período mais seco, o que influencia diretamente no efeito de borda da FLONA do Bom Futuro. Em outros locais da FLONA, onde ainda há presença de floresta úmida, a ocorrência de focos de calor é menor. (Figura 9).

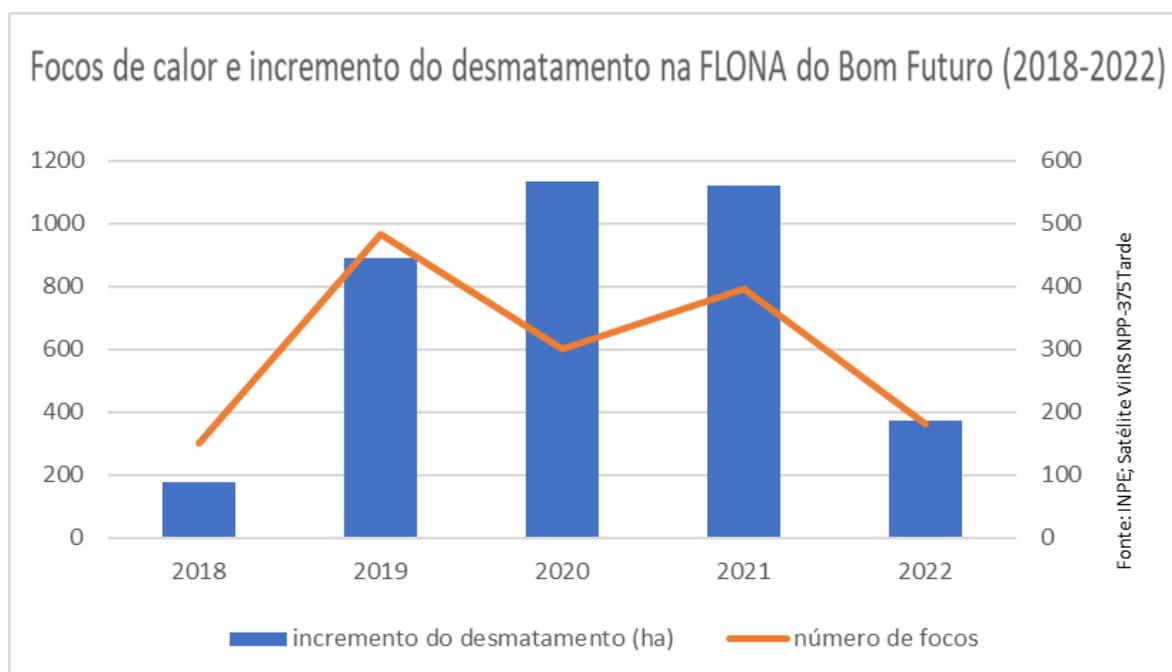


Figura 9 - Focos de calor e incremento do desmatamento na Floresta Nacional do Bom Futuro.

A área de atuação da Brigada da FLONA (Figura 10) se restringe à região oeste da unidade, uma vez que as demais áreas, apesar de possuírem parcelas com presença predominante de gramíneas e ocorrência de fogo, possuem histórico recente de conflitos com a população do entorno, além de elevada taxa de ilícitos ambientais. O trabalho com manejo do fogo nesses locais traria uma exposição aos brigadistas e poderia desencadear uma série de novos conflitos.

Como área prioritária para esse PMIF foi definido os polígonos de áreas elegíveis para projetos de restauração ecológica dentro da FLONA do Bom Futuro (Figura 11 e 12). A escolha dessas áreas se dá pela facilidade de acesso e proximidade à base operacional do ICMBio, onde os brigadistas ficam alojados. Além disso, os processos de recuperação de áreas degradadas que ocorreram e ocorrem na FLONA são pilotos em unidades de conservação e exigiram grande investimento institucional.

Sendo assim, são áreas onde estão ocorrendo investimentos de grande porte para a restauração e que, caso sejam atingidas por incêndios, causarão prejuízos tanto ao ICMBio quanto às instituições parceiras, atrasando o sucesso do projeto. Não obstante, esses polígonos são alvos de incêndios criminosos na época de seca como forma de retaliação à presença institucional dentro da unidade.

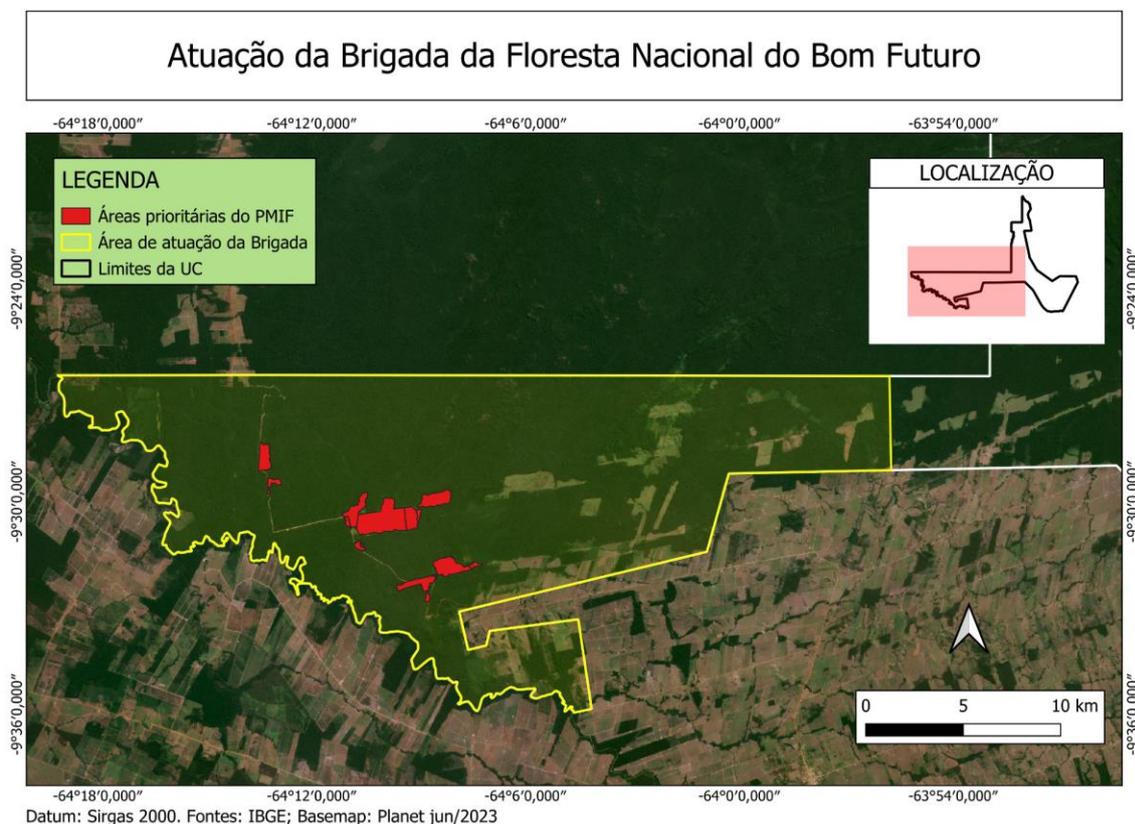


Figura 10 - Áreas de atuação da Brigada da Floresta Nacional do Bom Futuro

Áreas Prioritárias - FLONA do Bom Futuro 2023

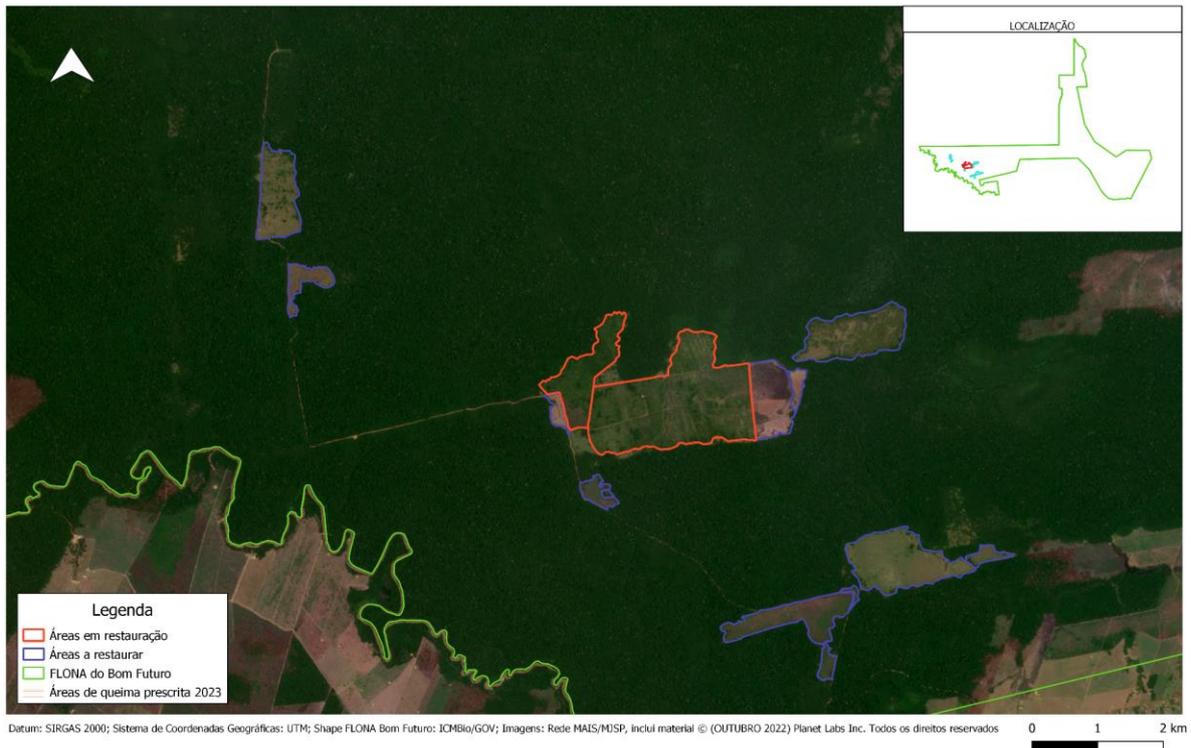


Figura 11 - Áreas prioritárias do PMIF

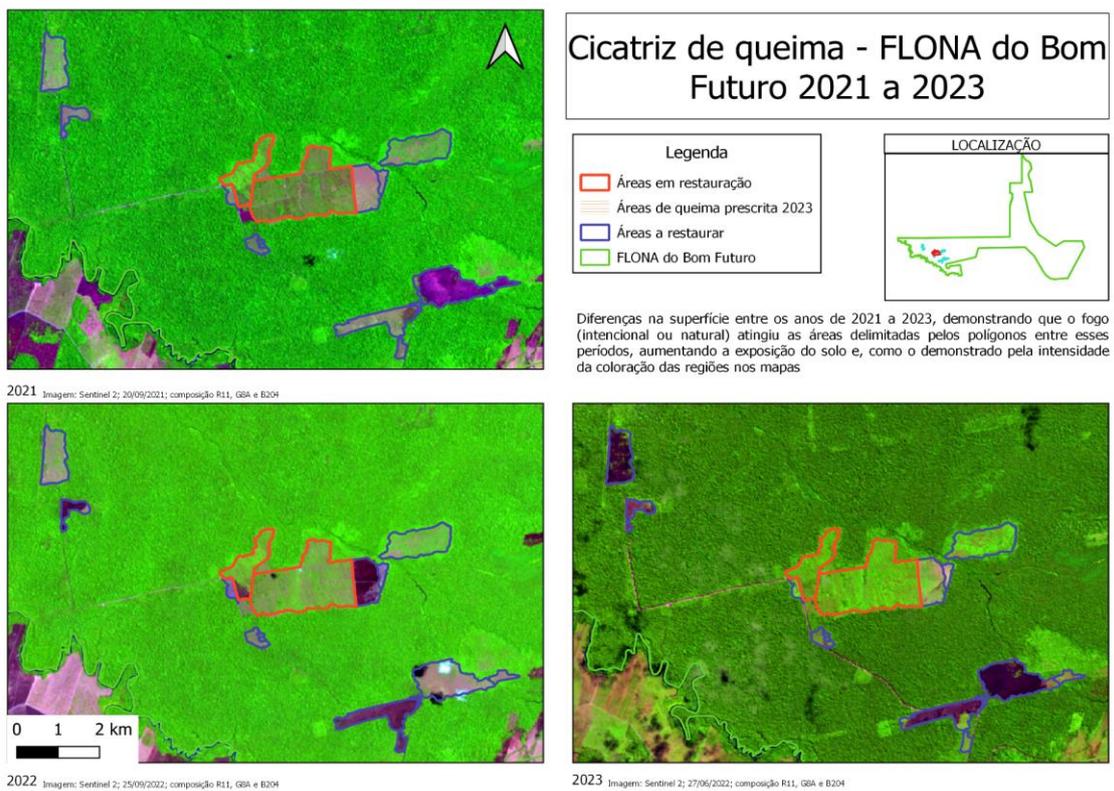


Figura 12 - Cicatriz de queima das áreas prioritárias para o PMIF.

3. Recursos e Valores Fundamentais (RVF)

A FLONA do Bom Futuro é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, administrada pelo ICMBio e, segundo seu decreto de criação, tem o objetivo de promover estudos e pesquisas visando o uso múltiplo e sustentável da floresta, de modo a assegurar a criação permanente de bens e serviços para a sociedade.

Localizada em áreas de transição dos biomas Amazônia e Cerrado, no interflúvio dos rios Madeira e Machado, com a presença de espécies endêmicas, como o zogue-zogue *Callicebus bruneus* e piquiá *Caryocar villosum*, a FLONA do Bom Futuro tem os seguintes objetivos de acordo com o SAMGe (Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão):

A Tabela abaixo apresenta os dois RVFs identificados nos quais o fogo é uma ameaça e os impactos do fogo sobre eles.

Recursos e Valores Fundamentais - RVF	Fogo - ameaça
Zogue-zogue	<ul style="list-style-type: none">● Perda de habitat● Perda de recursos alimentares
Recursos florestais madeireiros e não madeireiros	<ul style="list-style-type: none">● Descaracterização dos ambientes naturais● Perda de biodiversidade
Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa	<ul style="list-style-type: none">● Aumento do efeito de borda● Destruição das áreas em restauração● Destruição de banco de sementes das espécies sensíveis
Amostras significativas da biodiversidade Amazônica Sul-Occidental	

4. Parcerias Com outras Instituições

A UC atualmente possui uma importante parceria com a Ecoporé por meio do projeto PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA - PSAM direcionada para a restauração de áreas degradadas. Além disso, está ocorrendo análise de áreas para um possível edital de concessão voltado para a recuperação ambiental, em parceria com o BNDES e o Serviço Florestal Brasileiro.

5. Integração com outras áreas protegidas

A Floresta Nacional do Bom Futuro é uma das seis UCs gerenciada pelo Núcleo de Gestão Integrada Porto Velho (NGI Porto Velho). Criado em 2020 a fim de estabelecer um arranjo organizacional estruturador no processo gerencial, o NGI Porto Velho administra, além da FLONA do Bom Futuro, a Floresta Nacional de Balata-Tufari (Dec. s/nº de 17/02/2005), a Floresta Nacional de Humaitá (Dec nº 2.485 de 02/02/1998), o Parque Nacional Nascentes do Lago Jari (Dec. s/nº de 08/05/2008), a Floresta Nacional do Jamari (Dec. nº 90.224 de 25/09/1984) e o Parque Nacional Matinguari (Dec. s/nº de 05/06/2008 / Lei nº 12249 de 11 de junho de 2010/ Lei 12.678, de 25/06/2012) (Figura 14). Totalizando uma área de 4.449.871,89

hectares, com uma grande diversidade de paisagens características do bioma amazônico e com diversos conflitos socioambientais.

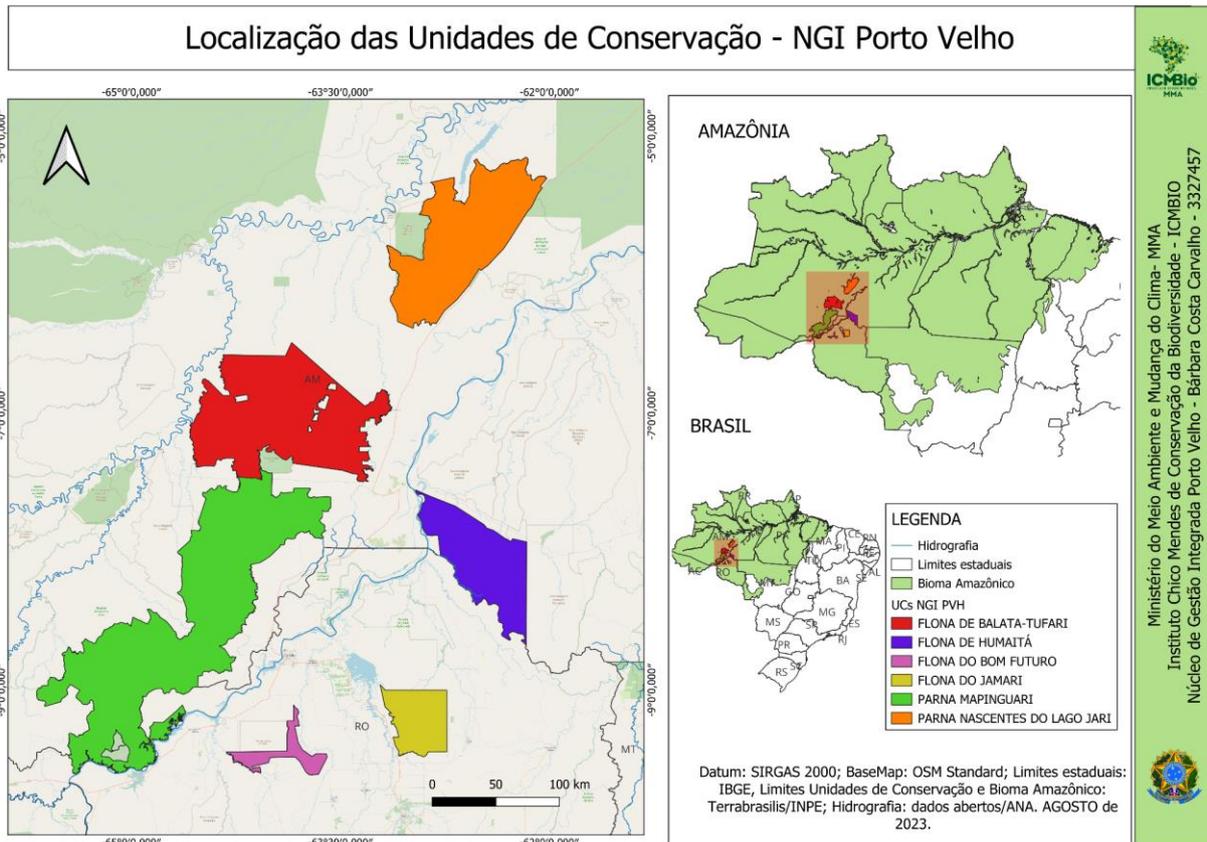


Figura 14 - Localização das UCs gerenciadas pelo NGI Porto Velho

6. Ações de Contingência

Este PMIF visa controlar a incidência de incêndios criminosos nas áreas de recuperação ambiental (áreas prioritárias) dentro da FLONA do Bom Futuro, e favorecer projetos de recuperação que estejam ativos ou que podem ser iniciados a qualquer momento nas áreas elegíveis para tal. Além disso, espera-se disseminar a cultura de prevenção e combate a incêndios na região, reforçando a presença institucional e a imagem do ICMBio dentro da unidade para que, no futuro, possam ser acessadas áreas atualmente tomadas por conflito.

Neste contexto, ressalta-se que a UC passou por diversas abordagens de recuperação de áreas degradadas, algumas com projetos de recuperação ativo com estágio inicial ou avançado de recuperação e outras que sofreram regressão. As áreas que obtiveram nenhum ou parcial êxito estão aqui consideradas “Áreas a Restaurar” (Figura 11 e 12), por terem alta incidência de espécies exóticas que atuam como material combustível nos incêndios naturais e criminosos.

As áreas que estão em processo ativo de restauração ou que já atingiram os resultados esperados **não são alvos de queimas prescritas**, apenas de combate e construção de aceiros visando a contenção do fogo e estão nomeadas como “Áreas em restauração”. A incidência de fogo nesses locais poderia gerar a interrupção nos processos de sucessão ecológica. No entanto, a técnica de aceiro negro será utilizada nos locais de via de acesso dos polígonos e

aceiros manuais, com o uso de trator e roçadeira, poderão ser feitos no interior das áreas, visando a descontinuidade de combustível no local.

As áreas classificadas como “Áreas a restaurar” podem ser eleitas para iniciarem projetos de restauração a qualquer momento, e a partir dessa decisão, deverão ser reclassificadas como “Áreas em restauração”.

Desse modo, as ações de contingência serão distintas caso o fogo atinja uma “Área a restaurar” ou uma “Área em restauração”. Caso haja fogo nas “Áreas em restauração” o fogo deve ser combatido da forma mais imediata possível para evitar que o trabalho de restauração seja prejudicado.

Considerando as “Áreas a restaurar” que foram alvo da queima prescrita, fora do período crítico, deve haver monitoramento remoto, monitoramento da paisagem e mapeamento da cicatriz. Já em período crítico, haverá combate.

As demais áreas de atuação da brigada da FLONA, não sendo as áreas prioritárias, terão somente atividades de combate a incêndios, havendo fogo fora do período crítico deverá ser feito o monitoramento remoto e mapeamento da cicatriz de queima, além de atividades de conscientização e disseminação da prevenção.

Ressalta-se a importância de se averiguar junto a gestão do NGI Porto Velho a situação atualizada das áreas prioritárias do PMIF antes da realização de atividades como as queimas prescritas, uma vez que as áreas classificadas como “Áreas a restaurar” podem ser reclassificadas como “Áreas em restauração” e estar sob responsabilidade de execução dos projetos por outras instituições.

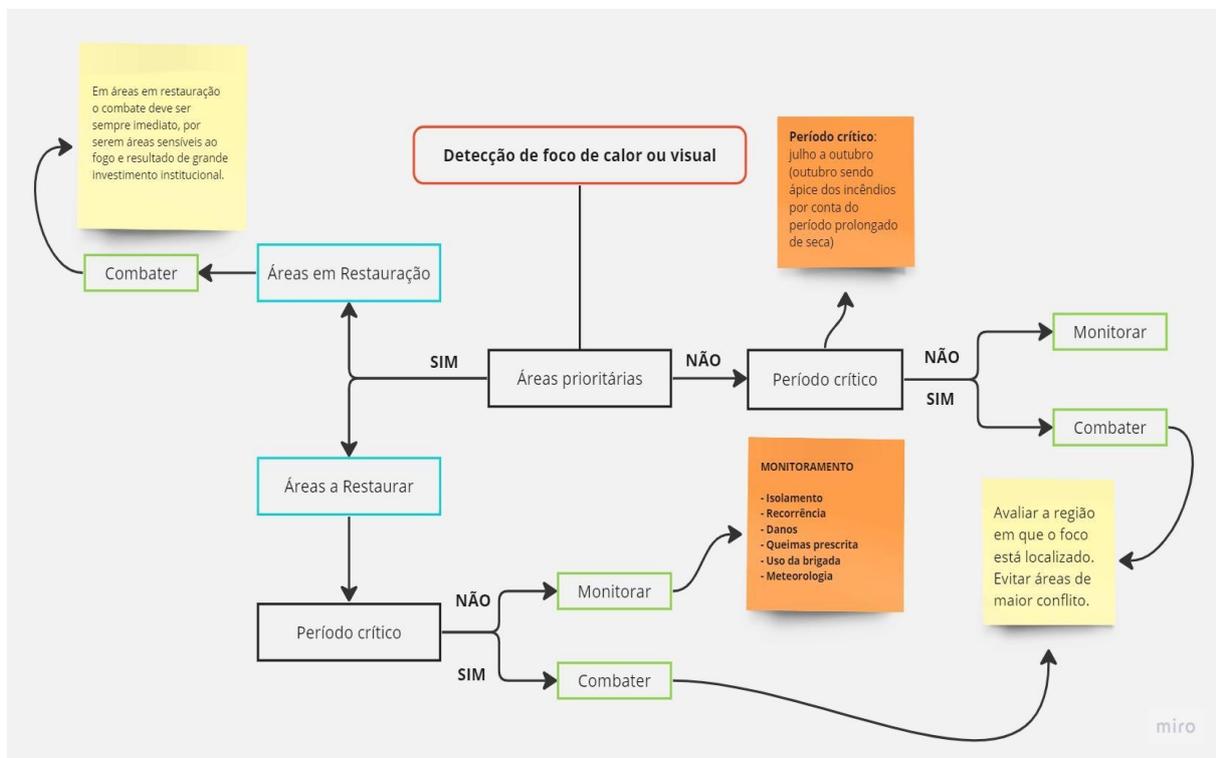


Figura 15 – Protocolo de acionamento e tomada de decisão

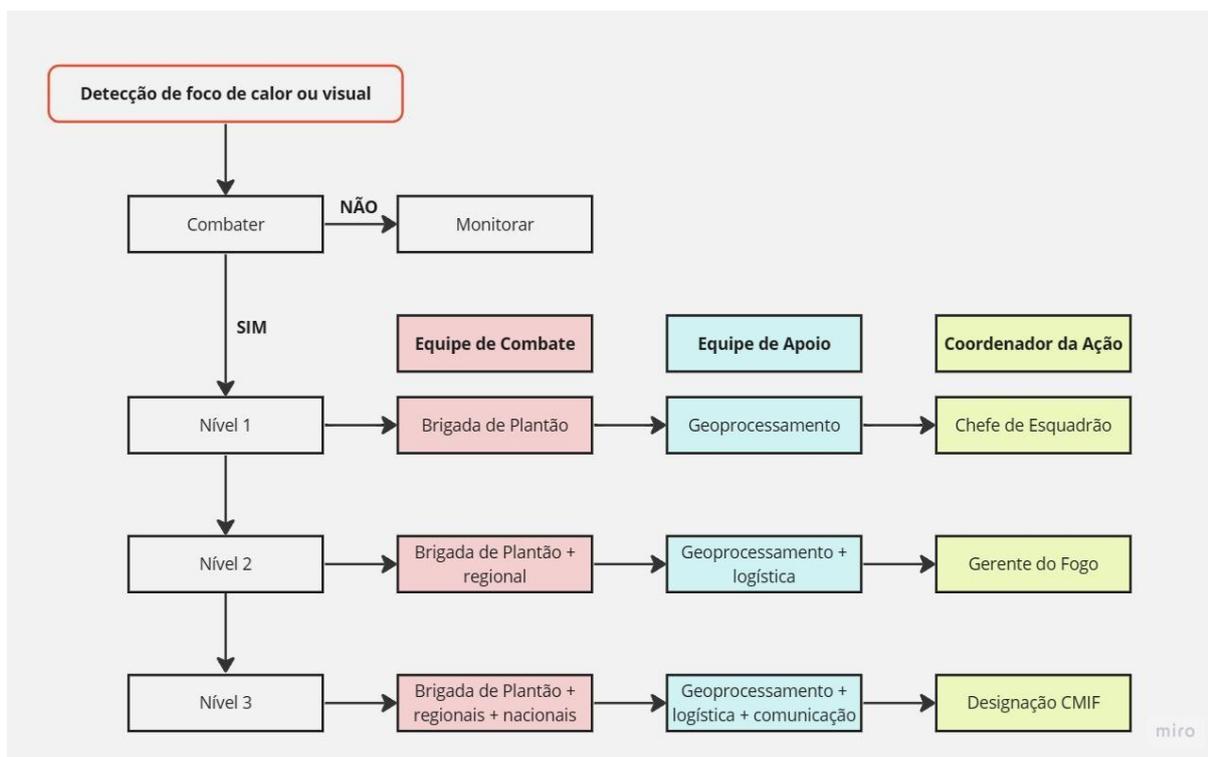


Figura 16 – Protocolo de acionamento em função do nível do incidente

7. Gestão do Conhecimento

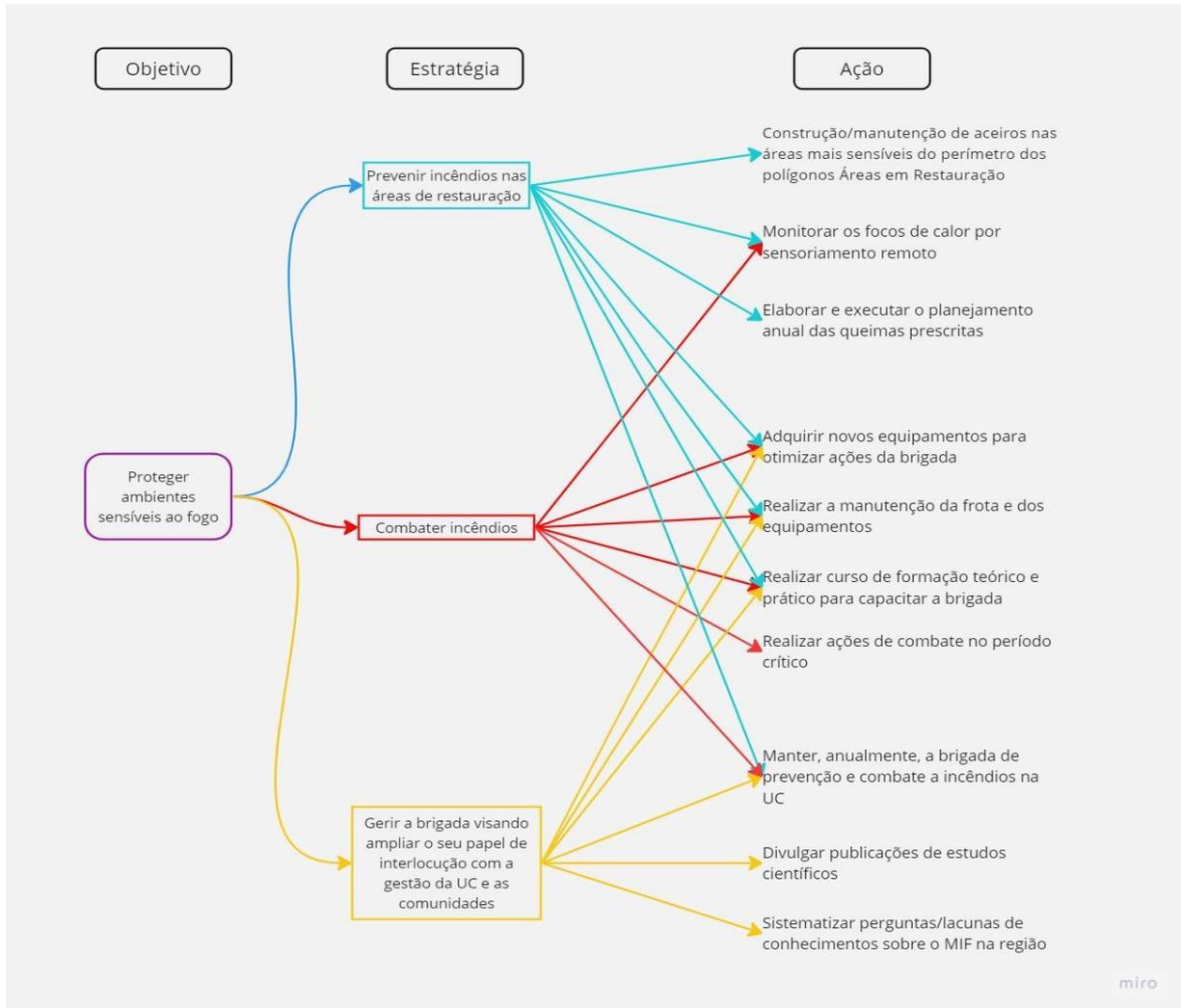
Até o ano de 2023, as atividades vinculadas ao fogo se restringiram ao combate aos incêndios e gerenciamento de brigada. O contexto conflituoso da unidade dificulta que haja reuniões e desenvolvimento de trabalhos comunitários, brigadas voluntárias ou outros eventos de cunho social interligados à agenda do fogo. Atualmente o conselho da unidade está inativo e sem previsão de retorno em 2023. Considerando esse contexto, recomenda-se que os servidores temporários que trabalham no combate a incêndios evitem participar de outras atividades (especialmente fiscalização) utilizando o uniforme da brigada, para reforçar o papel funcional de cada área diante da população local.

Nos dias 20 e 21 de junho de 2023 foram realizadas queimas prescritas em quatro áreas (Figura 12), que estão listadas como áreas a restaurar nas proximidades da base da FLONA do Bom Futuro. O total de área planejada para queima foi de 303 ha, tendo sido realizada a queima efetiva de 249 ha (aproximadamente 82% da área planejada).

Existem ainda algumas questões que necessitam ser aprofundadas em novos estudos, a exemplo de: a) Qual a efetividade do uso do fogo no manejo de espécies invasoras de gramíneas?; b) Qual a possibilidade de retomar a brigada indígena Karitiana?; c) Em quais novas áreas o MIF pode ser utilizado, dentro da área de trabalho escolhida?; d) Como a fiscalização pode apoiar na execução do MIF em áreas que atualmente são de maior risco?; e) Qual seria a forma de tornar essas áreas mais acessíveis?

O ciclo de planejamento, o qual envolve a produção de relatórios anuais e plano operativos anuais, bem como o próprio PMIF são documentos que auxiliam no registro de informações e gestão do conhecimento.

8. Consolidação do Planejamento



Objetivo	Metas	Indicadores
Proteger ambientes sensíveis ao fogo	100% das "Áreas em restauração" sem fogo nos próximos 3 anos	% das áreas em restauração atingidas por incêndios
	Construção/ Manutenção de 3 quilômetros de aceiros nas áreas de maior risco dos polígonos das Áreas em Restauração por ano	Quantidade de Km de aceiros realizados/ mantidos
	Fazer queima prescrita em todos os polígonos "A Restaurar" a cada ano, quando possível em função da condição do combustível	Número de polígonos "A Restaurar" com realização de queima prescrita

8.1 Cronograma

Ações	Detalhamento da Ação	2024				2025				2026			
		T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
Adquirir novos equipamentos para a brigada	Consiste em prever e viabilizar a demanda para aquisição no 1º semestre de cada ano com recursos do próprio orçamento do ICMBio, ou via outra fonte de recurso. A relação dos equipamentos será em função do Relatório Anual e Planejamento Operativo Anual - POA da UC	x	x			x	x			x	x		
Realizar a manutenção da frota e dos equipamentos	Visa garantir meios logísticos básicos para realização das ações de MIF, importante prever rotina para manutenção preventiva de viaturas, bem como das motocicletas e quadriciclos. Considerar os períodos de maior necessidade dentro da rotina de planejamento	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X	x
Manter brigada anual	Realizar os procedimentos necessários de contratação anual seguindo orientações da CMIF	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X	x
Realizar curso de formação teórico e prático	Garantir a capacitação mínima aos contratados incluindo atividades práticas		x	x			x	x			x	X	
Avaliar os resultados do ano anterior	Elaborar Relatório Anual ao final de cada ano visando documentar as ações realizadas no período e contribuir para melhoria do ciclo de planejamento. Seguir orientações da CMIF	x			x	x			x	x			x
Elaborar e executar planejamento de queimas	Elaborar Planejamento Operativo Anual - POA visando documentar as ações planejadas. Seguir	x	x			x	x			x	x		

prescritas	orientações da CMIF													
Monitorar os focos de calor por sensoriamento remoto, em especial nas áreas e período crítico	Monitoramento remoto de focos de calor no período crítico (2º semestre de cada ano) de modo a detectar incêndios recentes e acionar os brigadistas no menor tempo possível			x	x				x	x			X	x
Construção/manutenção de aceiros nas áreas mais sensíveis	Consiste na construção/manutenção de aceiros nas áreas mais sensíveis nos polígonos denominados "Áreas em restauração"		x	x				x	x			x	X	
Divulgar publicações de estudos científicos	Sempre que houver a oportunidade, divulgar resultados de estudos científicos sobre o tema em diferentes canais de comunicação	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X	x
Sistematizar perguntas/lacunas de conhecimentos sobre o MIF na região	Contribuir para a gestão do conhecimento de modo a garantir continuidade e melhoria das ações e tomada de decisão	x				x	x				x	x		x

9. Referências

COPERTINO, Margareth et al. Desmatamento, fogo e clima estão intimamente conectados na Amazônia. **Ciência e Cultura**, v. 71, n. 4, p. 04-05, 2019.

GTA. O Fim da Floresta? A Devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no estado de Rondônia. Grupo de Trabalho amazônico, 2008.

MMA/ICMBio, **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Bom Futuro**. 2019.

NOVAIS, Juliene Moreira et al. Manutenção dos recursos naturais na floresta nacional do bom futuro e seu entorno, Rondônia, Brasil. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 597-606, 2014.

SOUZA, JA de O.; XIMENES, C. C.; LOCATELLI, M. Rondônia, a colonização que deu certo. 2018.

VERÍSSIMO, Adalberto et al. Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios. 2011.